

DIÁRIO OFICIAL

ANO II

LAJEADO, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2017

EDIÇÃO Nº 0325

EXTRATOS DE TERMOS DE FOMENTO E COLABORAÇÃO – PARCERIAS LEI 13.019/2014

TERMO DE FOMENTO Nº 008-01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19042/2016
PARCEIRA: SOCIEDADE LAJEADENSE DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE -
SLAN
OBJETO: execução do Projeto: "GUARDIÕES DA PAZ", na área de Assistência Social,
através do repasse de recursos financeiros do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
- FMCA, oriundos da Fundação Itaú Social, referente ao programa Itaú Criança, com a
finalidade de promover ações que favoreçam o desenvolvimento integral de crianças e
adolescentes, criando oportunidade de aprendizagem que potencialize seu desempenho
escolar, trabalhando na prevenção de violências e estimulando seu protagonismo social
VALOR: R\$ 258.390,29
VIGÊNCIA: 12 MESES
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 007-01/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001-01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12803/2017
PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DOS VALES
OBJETO: execução do Projeto de Atletismo
VALOR: R\$ 25.000,00
VIGÊNCIA: 6 MESES
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002-01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12803/2017
PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO LAJEADO DE FUTSAL
OBJETO: execução do Projeto Fomentando Novos Craques – Futsal
VALOR: R\$ 65.000,00
VIGÊNCIA: 6 MESES
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003-01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12803/2017
PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO DE ECOLOGIA E CANOAGEM
OBJETO: execução do Projeto Remada Ecológica
VALOR: R\$ 35.000,00
VIGÊNCIA: 6 MESES
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004-01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12803/2017
PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DOS VALES
OBJETO: execução do Projeto Ginástica para Todos
VALOR: R\$ 15.000,00
VIGÊNCIA: 6 MESES
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005-01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12803/2017
PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO LAJEADO DE ESPORTES
OBJETO: execução do Projeto Fomentando Novos Craques – Futebol de Campo

DIÁRIO OFICIAL

ANO II

LAJEADO, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2017

EDIÇÃO Nº 0325

VALOR: R\$ 120.000,00
VIGÊNCIA: 6 MESES
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006-01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12803/2017
PARCEIRA: CLUBE ATLÉTICO UBIRAJÁ
OBJETO: execução do Projeto Fomentando Novos Craques – Basquetebol
VALOR: R\$ 40.000,00
VIGÊNCIA: 6 MESES
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 007-01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12803/2017
PARCEIRA: CLUBE ATLÉTICO UBIRAJÁ
OBJETO: execução do Projeto Fomentando Novos Craques – Voleibol
VALOR: R\$ 25.000,00
VIGÊNCIA: 6 MESES
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2017

TERMO DE FOMENTO Nº 008-01/2017.

MUNICÍPIO DE LAJEADO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 87.297.982/0001-03, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcelo Caumo, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 928.169.670-34, RG nº 7055446913, residente e domiciliado na Rua João Matte Sobrinho, n.º 114, apartamento n.º 401, bairro Americano, Lajeado-RS, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e a Organização da Sociedade Civil SOCIEDADE LAJEADENSE DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - SLAN, inscrita no CJPJ nº 88.070.040/0001-50, com sede na Rua João Abott, nº 506, Bairro Centro, Lajeado, neste ato representado por seu presidente, Sr. Leodir De Gasperi, brasileiro, CPF nº 317.535.740-72, CI nº 3016497673, residente e domiciliado à Rua Duque de Caxias, 910, Florestal, Lajeado-RS, doravante denominado OSC, celebram o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e na Lei Municipal nº 10.407, de 25 de maio de 2017, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, conforme parecer de Inexigibilidade do Chamamento Público n.º 007-01/2017, constante do processo administrativo 19042/2016, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições para a execução do Projeto: "GUARDIÕES DA PAZ", na área de Assistência Social, através do repasse de recursos financeiros do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMCA, oriundos da Fundação Itaú Social, referente ao programa Itaú Criança, com a finalidade de promover ações que favoreçam o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, criando oportunidade de aprendizagem que potencialize seu desempenho escolar, trabalhando na prevenção de violências e estimulando seu protagonismo social, conforme plano de trabalho em anexo ao processo administrativo n.º 19042/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Administração Pública repassará a OSC o valor de até R\$ 258.390,29 (duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e noventa reais e vinte e nove centavos) dividido em 12 parcelas variáveis, para atendimento do objeto constante no plano de trabalho anexo ao expediente n.º 19042/2016.

DIÁRIO OFICIAL

ANO II

LAJEADO, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2017

EDIÇÃO Nº 0325

Parágrafo Único – O repasse de recursos financeiros à entidade somente será realizado após ocorrer o depósito da captação dos recursos pelo doador ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente – FMCA.

CLÁUSULA TERCEIRA - Para o exercício financeiro de 2017, fica estimado o repasse das 5 (cinco) primeiras parcelas de valores variáveis, conforme cronograma de desembolso constante no plano de trabalho e tabela abaixo. Para o exercício financeiro de 2018 serão repassadas as demais parcelas, correndo as despesas à conta da seguinte dotação orçamentária:

11 04 – Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social
08.243.0004.2005 – Projetos Fundo Mun. Criança e Adolescente
4.4.50.42.00.00.00.00 – Auxílios
Recurso: 1035 – FMCA – Vinc. Bannisul 040523110-0

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

1.º MÊS	2.º MÊS	3.º MÊS	4.º MÊS	5.º MÊS	6.º MÊS
R\$ 14.221,68	R\$ 33.080,68	R\$ 68.629,68	R\$ 13.053,62	R\$ 36.029,62	R\$ 13.053,62
7.º MÊS	8.º MÊS	9.º MÊS	10.º MÊS	11.º MÊS	12.º MÊS
R\$ 13.053,62	R\$ 15.053,62	R\$ 13.053,62	R\$ 13.053,62	R\$ 13.053,62	R\$ 13.053,62

§ 1º – Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

§ 2º – Os recursos somente serão liberados mediante assinatura do Termo de Fomento, apresentação de documentação legal, Certidão Negativa de Débitos Previdenciários e do FGTS e recibo da entidade.

CLÁUSULA QUARTA - Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA -Compete à OSC:

DIÁRIO OFICIAL

ANO II

LAJEADO, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2017

EDIÇÃO Nº 0325

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;

VII - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VIII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

IX - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

X - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

XI - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XII - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XIII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIV - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XVI - em caso de pagamento de autônomos deverá ser recolhido 20% de INSS;

XVII - em caso de pagamento de mão de obra, deverá ser retido 11% de INSS, conforme Ordem de Serviço do INSS, nº 209 e suas alterações;

XVIII - reter IRRF conforme legislação em vigor;

DIÁRIO OFICIAL

ANO II

LAJEADO, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2017

EDIÇÃO Nº 0325

XIX- a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

Parágrafo Único - Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA SEXTA - O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, sendo vedado:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

II - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

III - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

IV - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

V - realizar despesas com:

a) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e

b) pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA SÉTIMA - Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados na conta corrente específica nº 84.956-1, SICREDI, agência 0179, e o pagamento das despesas deverá ser efetuado somente com recursos desta conta, sob pena destes valores serem glosados.

§ 1º - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 2º - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

§ 3º - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 4º - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

DIÁRIO OFICIAL

ANO II

LAJEADO, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2017

EDIÇÃO Nº 0325

CLÁUSULA OITAVA - A prestação de contas deverá ser efetuada, junto ao setor de Prestação de Contas, mediante comprovação da correta aplicação dos recursos, conforme normas expedidas pelo município, nos seguintes prazos:

a) prestação de contas parcial, no prazo de até 30 (trinta) dias após o repasse de cada parcela;

b) prestação de contas final, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência da parceria, juntamente com os seguintes relatórios:

I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;

II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

III - Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias, sendo que todos os comprovantes deverão ser documentos fiscais, sem rasuras, em nome da OSC, não sendo aceitos recibos sem valor fiscal, devendo constar o número do cheque e/ou documento eletrônico que pagou cada despesa;

IV - Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;

V - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC;

VI - se os pagamentos forem feitos através de cheque, este deve ser nominal e cruzado; e deve constar na prestação de contas a cópia do cheque ou o nº do cheque na NF; se os pagamentos forem por documento eletrônico, deve ser anexada a cópia do ticket de pagamento; apresentar extrato bancário do período, desde o depósito até a data da prestação de contas, relacionando os cheques que ainda não foram descontados;

VII - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo de Fomento;

VIII - Relação de pagamentos efetuados deverá ser apresentada em formulário específico;

Parágrafo Único - No caso de prestação de contas parcial, os relatórios exigidos e os documentos referidos no item 6.1 deverão ser apresentados, exceto o relacionado no item VII.

CLÁUSULA NONA - O presente Termo de Fomento vigorará por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do término inicialmente previsto.

Parágrafo Único - A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Este Termo de Fomento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros.

Parágrafo Único - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

DIÁRIO OFICIAL

ANO II

LAJEADO, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2017

EDIÇÃO Nº 0325

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento através de Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada e de seu gestor designado que será o Sr. Emerson Grunewald, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

§ 1º - A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

§ 2º - O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

§ 3º - No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

§ 4º - Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

§ 5º - Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção antecipadamente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

DIÁRIO OFICIAL

ANO II

LAJEADO, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2017

EDIÇÃO Nº 0325

Parágrafo Único – A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Único – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil a sanção de advertência, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, a seu critério.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O foro da Comarca de Lajeado-RS é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

Parágrafo Único - Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Faz parte integrante deste Termo de Fomento o plano de trabalho constante do processo administrativo n.º 19042/2016.

E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas.

Lajeado, 04 de agosto de 2017.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Sr. Marcelo Caumo,
Prefeito.

ORG. DA SOCIEDADE CIVIL
Leodir De Gaspari,
SLAN.

DIÁRIO OFICIAL

ANO II

LAJEADO, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2017

EDIÇÃO Nº 0325

MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS

PREGÃO ELETRONICO 15-07/2017 - RP

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada, sob demanda, de fraldas infantis e adulto, para implantação do Programa Estadual de Fornecimento de Fraldas da Prefeitura Municipal de Lajeado e compra de fraldas para distribuição através do Medicamentos do Estado sistema GUD. A sessão pública ocorrerá no dia 21 de agosto de 2017, às 14h00, no portal www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital e seus anexos podem ser obtidos através do portal www.lajeado.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br, ou poderão ser solicitados pelo e-mail procuradoria.licitacao@lajeado.rs.gov.br. Mais informações, telefone (51) 3982-1045 e 1046. Lajeado/RS, 07 de agosto de 2017. Eliana Ahlert Heberle – Coordenadora Especial de Governo.

PREGÃO ELETRONICO 20-07/2017 – RP

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada, sob demanda, de gêneros alimentícios para o centro de atenção psicossocial (CAPS), e, para eventos promovidos pela Secretaria da Saúde de Lajeado/RS, visando à participação exclusiva de microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI). A sessão pública ocorrerá no dia 22 de agosto de 2017, às 14h00, no portal www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital e seus anexos podem ser obtidos através do portal www.lajeado.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br, ou poderão ser solicitados pelo e-mail procuradoria.licitacao@lajeado.rs.gov.br. Mais informações, telefone (51) 3982-1045 e 1046. Lajeado/RS, 07 de agosto de 2017. Eliana Ahlert Heberle – Coordenadora Especial de Governo.

TOMADA DE PREÇOS Nº 03-02/2017

Objeto: Contratação de empresa, incluindo material e mão de obra, para a execução de instalações hidráulicas do plano de prevenção contra incêndios do Parque do Imigrante de Lajeado/RS. A sessão pública ocorrerá no dia 23 de agosto de 2017 às 08h30min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Lajeado/RS Rua Cel. Júlio May, 242, 3º andar, Bairro Centro, Lajeado/RS. O edital e seus anexos podem ser obtidos através do portal www.lajeado.rs.gov.br, ou poderão ser solicitados pelo e-mail procuradoria.licitacao@lajeado.rs.gov.br. Mais informações, telefone (51) 3982-1046 e 1045, Lajeado/RS, 07 de agosto de 2017 – Eliana Ahlert Heberle – Coordenadora Especial de Governo.